

A cleptomania do tradutor: a tradução no Brasil na década de 40 do século XX

Profa. Dra. Maria Clara Castellões de Oliveira¹ (UFJF)

Resumo:

Este trabalho tem por objetivo avaliar resultados de pesquisas desenvolvidas no âmbito do projeto “Traduções Literárias: Jogos de Poder entre Culturas Assimétricas” em torno da prática da tradução por escritores brasileiros durante a ditadura civil que vigorou no Brasil nas décadas de 30 e 40 do século XX. Para tanto, serão analisadas as listas de traduções trazidas a lume por escritores-tradutores e as críticas de traduções realizadas por Agenor Soares de Moura e publicadas no Diário de Notícias, de Porto Alegre, entre 1944 e 1946. Parte-se do princípio de que, nesse momento, tais escritores-tradutores, em função de prescrições de seu entorno e dos relacionamentos estabelecidos pelo governo brasileiro em um contexto mundial, agiram de forma semelhante à do tradutor cleptomaniaco que dá nome a um conto do escritor húngaro Dezső Kosztolányi (1996).

Palavras-chave: Traduções literárias, jogos de poder, escritores-tradutores, anos 40 do século XX, cleptomania.

O meu trabalho se inicia com o relato de uma história, que provavelmente já conhecem. É de Gallus, um jovem húngaro “talentoso, eletrizante, intuitivo, consciencioso e culto” (KOSZTOLÁNYI, 1996, p. 7), que, após ter passado dois anos aprisionado em Budapeste por conta de um furto cometido em Viena, voltou a se envolver em uma história policial em função de seu impulso por subtrair coisas alheias. Ao sair da prisão, pouco restou a ele a não ser aceitar traduzir um romance policialesco inglês, desses com os quais os tradutores só se envolvem em caso de extrema necessidade e, quando o fazem, usam luvas (KOSZTOLÁNYI, 1996, p. 8). A tradução por ele feita não continha qualquer escorregão: foi considerada “fluente, artística e por vezes poética” (KOSZTOLÁNYI, 1996, p. 9). No entanto, depois de uma minuciosa comparação entre original e tradução, descobriu-se que Gallus havia afanado do primeiro “1.579.251 libras esterlinas, 177 anéis de ouro, 947 colares de pérola, 181 relógios de bolso, 309 brincos, 435 malas, sem falar das propriedades, florestas, pastos, castelos de príncipes e barões, e outros objetos menores, lenços, palitos de dente, campainhas, cuja listagem seria muito comprida e talvez inútil” (KOSZTOLÁNYI, 1996, p. 10). Gallus era um cleptomaniaco e esse é um resumo de “O Tradutor Cleptomaniaco” – conto que dá título à coletânea do escritor e poeta húngaro Dezső Kosztolányi, publicada pela Editora 34, em 1996.

A visão do tradutor como alguém que se apossa de algo que não lhe pertence, como o fez Gallus na história que acabei de relatar, é conhecida dos estudiosos brasileiros, familiarizados com o pensamento de Augusto e de Haroldo de Campos, exemplos maiores de tradutores-usurpadores no contexto brasileiro. Para Augusto de Campos (1978), a tradução de poesia é uma manifestação de amor – um amor não submisso e reverente, mas antropofágico, devorador. O tradutor, na sua perspectiva, apodera-se da *persona* do autor do original para tornar-se, ele próprio, um criador, com poderes sobre palavras que, a rigor, apenas ilicitamente lhe pertencem. No âmbito do pensamento tradutório de Haroldo de Campos, o tradutor é um plagiador, que rasura o original. Dessa forma, a tradução é vista por ele como uma desmemória parricida (1981, p. 209), uma atividade que desestabiliza a crença na univocidade do original e investe a tradução de um poder intertextual e dialógico. Em suas palavras, “no limite de toda tradução que se propõe como operação radical de transcrição, fásca, deslumbra, qual instante volátil de culminação usurpadora, aquela miragem [...] de converter, por um átimo que seja, o original na tradução de sua tradução” (1981, p. 180).

O cleptomaniaco Gallus filia-se à tradição da idiomaticidade. Na prática da tradução idiomática, os tradutores impedem que seus leitores tenham acesso às peculiaridades do original,

sejam elas tão importantes quanto propriedades, florestas, pastos e castelos e tão ínfimas quanto lenços, palitos e campainhas afanados por Gallus, procurando produzir textos que, como os de Gallus, são cheios de “frases claras, mudanças engenhosas, montagens lingüísticas espirituosas” (KOSZTOLÁNYI, 1996, p. 8). Eles se filiam à escola inaugurada por Ménage, na França, no século XVII, a das *belles infidèles* (belas infiéis). Esse epíteto, ao mesmo tempo em que representa o auge do sexismo no contexto da tradução, pois que se acreditava que, para ser bela, a tradução necessitava ser infiel ao texto original, assim como as mulheres belas seriam, fatalmente, infiéis a seus maridos, aponta para a necessidade de que os textos traduzidos sejam fluentes, provocando em seus leitores a (falsa) impressão de estarem lendo algo que teria sido escrito originalmente em sua língua materna.

Por outro lado, os usurpadores Campos são adeptos da literalidade. Na prática da tradução literal, os tradutores têm por objetivo expandirem a língua da tradução através da pilhagem dos bens que lhes parecem relevantes e colocarem em diálogo as tradições das culturas do original e da tradução e outras tantas tradições que operam nesses contextos. Esse tipo de tradução, ao fazer com que o texto traduzido torne-se entrecortado por vozes com diversos sotaques, provenientes de tempos e espaços desiguais, provoca um alargamento da língua da tradução em função de especificidades da língua do original. Ele se fundamenta em preceitos encontrados no pensamento de críticos literários e filósofos da linguagem alemães, como Novalis, Goethe, Humboldt, Schleiermacher, Pannwitz e, mais tarde, Benjamin.

A partir dessas e de outras conjeturas, venho desenvolvendo, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Letras: Estudos Literários e do Bacharelado em Letras: Ênfase em Tradução – Inglês da Universidade Federal de Juiz de Fora, o projeto de pesquisa “Traduções Literárias: Jogos de Poder entre Culturas Assimétricas”, que se detém no estudo da prática da tradução por escritores brasileiros durante as ditaduras civil e militar que vigoraram no Brasil no século XX, respectivamente de 1937 a 1945 e de 1964 a 1985. De forma geral, apesar de terem contribuído para a mudança no panorama da tradução durante a década de 40, esses intelectuais pautaram sua prática da tradução em preceitos semelhantes aos de Gallus e, conseqüentemente, diferentes dos adotados pelos irmãos Campos. Assim sendo, comportando-se como cleptomaníacos, eles fizeram com que diversos valores pertinentes ao contexto literário e cultural dos originais se perdessem na sua trajetória em direção ao contexto brasileiro. Isso significa dizer que a riqueza por eles roubada ficou interdita aos leitores do original: a ela só tiveram acesso os próprios tradutores e aqueles que detinham o código secreto da língua do original. Para fins do presente trabalho, pretendo discutir alguns aspectos da tradução tal como praticada por escritores brasileiros de renome na década de 40 do século passado, valendo-me, precipuamente, de uma análise de traduções e resenhas de traduções abordadas no contexto de minhas pesquisas.²

O golpe orquestrado por Getúlio Vargas para a instauração do Estado Novo em 1937 aconteceu sem que houvesse o desembainhar de qualquer tipo de arma. O povo brasileiro, que esperava por eleições democráticas programadas para ocorrerem em janeiro do ano seguinte, dele ficou sabendo a partir de um pronunciamento transmitido pelo rádio, feito pelo próprio Getúlio Vargas. Para garantir a sua permanência no cargo e realizar as reformas pretendidas, Vargas tomou várias medidas, estando entre elas a nomeação de interventores responsáveis por garantirem em âmbito estadual a operacionalização das ações políticas e culturais por ele empreendidas.

A fim de controlar a produção cultural no país, foi criado o Departamento de Imprensa e Propaganda, o DIP, em 1939. As funções desse órgão eram amplas. Segundo Nelson Jahr Garcia (1982), “suas atribuições eram de coordenação, superintendência, orientação, incentivo, promoção, direção, patrocínio, organização, auxílio e estímulo de: censura, propaganda nacional interna e externa, informações, turismo, manifestações artísticas em geral, manifestações cívicas, festas populares, concertos, conferências, exposições” (p. 100). Para difundir a ideologia do Estado Novo, o DIP promovia a edição de obras de conteúdo social e político de interesse da ideologia em vigor.

Tais obras eram publicados pelo próprio departamento ou por editoras como a José Olympio, que, entre 1938 e 1944, publicou 21 títulos com essa finalidade, entre as quais se incluem coletâneas de pronunciamentos de Getúlio Vargas (OLIVEIRA, P., 2007, p. 37). Além do mais, o DIP enredou em sua teia de poder não só empresários, como também vários intelectuais, inclusive escritores. Segundo Garcia, “a cooptação de líderes e intelectuais foi uma das formas de resguardar o Estado Novo de contestação, a fim de manter a uniformidade ideológica” (p. 116).

Devido à censura do DIP e, obviamente, à autocensura dela decorrente, a tradução durante o Estado Novo alcançou uma posição de destaque no contexto do sistema literário brasileiro. Um outro fator que contribuiu para tanto foi a criação, em 1937, do Instituto Nacional do Livro (INL), que, entre outras coisas, voltou-se para a publicação de traduções de interesse da cultura nacional, como as narrativas de viagem de estrangeiros ao país (WYLER, 2003, p. 110-111). Outros fatores determinantes do papel que a tradução viria a desempenhar principalmente nos anos 40 do Estado Novo foram não apenas o advento da Segunda Guerra Mundial, que dificultou as importações de livros europeus, e, conseqüentemente, abriu espaço para a entrada de livros provenientes dos Estados Unidos da América, como também as ligações que o Brasil passou a manter com esse país nesse período, que culminaram com a nossa entrada na guerra em 1942 e implicaram na intensificação das trocas culturais entre os dois países.

Esse estado de coisas exigiu que as companhias editoras tivessem em seus quadros um número considerável de profissionais para exercerem as tarefas de tradução. O fato de ainda não existir a profissionalização do ofício tradutório fez com que fossem contratados para tanto escritores cujos nomes renderam maior credibilidade às traduções lançadas no mercado. Do ponto de vista desses escritores, a tradução passou a ser uma forma alternativa de expressão diante da censura que vigorava no período, tendo se transformado na sua principal fonte de renda durante o Estado Novo, como foi o caso de Rachel de Queiroz. A escritora cearense, que iniciou sua carreira tradutória na década de 40, traduziu, nesse período, 31 romances, tendo publicado apenas uma coletânea de crônicas de sua autoria e participado da publicação conjunta de uma obra (OLIVEIRA, P., 2007, p. 54). Na verdade, foi nessa década que se concentrou a maior parte das traduções por ela realizadas: 69% dos romances traduzidos assim o foram no período em questão, sendo que 33% deles, ou seja, 15 títulos, foram traduzidos no período de vigência do Estado Novo e o restante, 36 % (16 títulos), nos últimos quatro anos dessa década.

Apesar da intensa atividade tradutória de Rachel de Queiroz nos anos 40, o exercício dessa função por mulheres ainda era muito pequeno em relação à participação dos homens nesse mercado. A maioria dos tradutores citados por Agenor Soares de Moura nas crônicas sobre tradução que escreveu entre 1944 e 1946 para o *Diário de Notícias*, de Porto Alegre, pertencia ao sexo masculino. Dos 48 tradutores por ele mencionados, 40 (83%) eram do sexo masculino e apenas 8 (17%) eram do sexo feminino (BORGES, 2007, p. 31). De qualquer forma, esses números, a despeito de muito dessemelhantes, já refletem os primeiros resultados de ações empreendidas no início da década de 30, durante o governo provisório de Getúlio Vargas, com o propósito de fornecerem uma visibilidade maior às mulheres na sociedade brasileira. Uma dessas ações foi a promulgação, em 1932, de uma nova versão do Código Eleitoral Brasileiro, que concedeu às mulheres o direito de votarem e serem votadas.

Nesse contexto, deve-se mencionar o esforço empreendido pela Editora José Olympio para colocar a mulher na cena da vida cultural do Brasil, esforço esse que contou com a colaboração de Rachel de Queiroz e de Vera Pereira (nascida Vera Pacheco Jordão), esposa de José Olympio entre 1934 e 1944. Apesar de Rachel de Queiroz ter revelado que tinha liberdade total nas escolhas das obras a traduzir, sabe-se que Vera Pereira, “por causa do seu domínio de línguas e sua ampla cultura universal” (VILLAÇA, 2001, p. 139), era quem escolhia a maioria dos textos a serem traduzidos na época, sendo a responsável por esse departamento na editora do marido. Das 31 obras traduzidas por Rachel de Queiroz ao longo da década de 40, 12 delas, ou seja, 39% foram de autoria feminina.

Ademais, cerca de 20% das 21 obras restantes, foram textos de autoria masculina que possuíam temática claramente feminina.

O exercício da tradução por parte de escritores em início de carreira nos anos 30 e 40 do século passado foi também fator importante para a formação da identidade autoral de muitos deles. Observações feitas pelo crítico literário Wilson Martins sobre os romances *Dôra Doralina* e *Memorial de Maria Moura*, de Rachel de Queiroz, publicados em seqüência em 1975 e 1992, conduzem à percepção do impacto da prática tradutória sobre a sua produção autoral. Segundo Martins:

O estilo de Rachel de Queiroz, enquanto escritora, alcança, nos dois últimos livros, um ponto de perfeição claramente insuperável. A fluência da frase, e, até aqui e ali, certa elegância rebuscada, sem excluir alguns lusitanismos, correspondem ao movimento narrativo, que se caracteriza pelas peripécias encadeadas umas às outras. Não há pontos mortos e a alternância dos monólogos interiores consagrados sucessivamente aos diversos protagonistas, embora tornando impróprio o título da obra, supera de longe o primitivismo a que nos havíamos acostumado (e resignado...) nos anos 30. (2002, p. 83)

A própria Rachel de Queiroz reconheceu que, no desempenho de sua função, o tradutor aprende muito, pois “se familiariza com os procedimentos dos autores traduzidos” (QUEIROZ citada em *Cadernos de Literatura Brasileira*, 2002, p. 25).

Por sua vez, Érico Veríssimo, que, como conselheiro literário, responsável pelo departamento editorial, chefe da equipe de tradutores e tradutor, alçou a Editora Globo, de Porto Alegre, a um lugar de destaque no cenário editorial brasileiro na década de 40 do século XX, admitiu a importância da tradução na formação de sua identidade como escritor. Foi ele próprio que assim o revelou, dizendo: “Nunca escondi ou neguei o fato de ter sido esse livro de Huxley o responsável pela técnica que usei num romance que escrevi em 1934: *Caminhos Cruzados*” (VERISSIMO, 1973, p. 255).

A prática extensiva da tradução durante o Estado Novo por parte de escritores brasileiros teve conseqüências que afetaram não apenas a sua trajetória autoral como também o panorama do sistema literário nacional. A substituição da língua francesa pela língua inglesa no centro do polissistema da literatura traduzida no Brasil, que vinha ocorrendo desde o início dos anos 30, intensificou-se nesse momento, o que pode ser percebido através de uma análise das listas de traduções de Rachel de Queiroz e de Érico Verissimo. Mesmo quando trouxe para o contexto de língua portuguesa textos de autores de outros contextos que não os de língua inglesa, Verissimo utilizou essa língua como intermediária entre o português e a língua original (DUQUE, 2004, p. 33). Rachel de Queiroz, por sua vez, se valeu tanto do inglês quanto do francês como línguas intermediárias para algumas das traduções que realizou nesse período. Além disso, no âmbito de sua prática da tradução, o inglês sobrepunha o francês como a principal língua dos originais. Dos 15 romances por ela traduzidos durante o período de vigência do Estado Novo, 12 deles, ou seja, 80%, tiveram o inglês como língua de partida. Uma análise mais abrangente de todas as traduções feitas por Rachel de Queiroz mostra que a posição de destaque da língua inglesa se manteve ao longo de sua trajetória nesse setor. Dos 45 romances por ela traduzidos ao longo de sua carreira, 29, ou seja, 65% deles, foram traduzidos a partir do inglês.

Nos anos finais do Estado Novo, já era possível observar nas principais editoras do Brasil que o volume de publicações de traduções havia ultrapassado o volume de publicações de obras de autores nacionais. Dados encontrados em *O livro no Brasil: sua história*, de Laurence Hallewell (1985) sobre a produção da José Olympio entre 1932 e 1950 atestam a preponderância da publicação de obras traduzidas sobre a de obras de autores nacionais nos dois últimos anos do Estado Novo e nos dois anos posteriores à sua extinção. Em 1944 e 1945, 54% da produção dessa editora foram de obras traduzidas. Em 1946, esse número cresceu para 64%. No ano seguinte, ele

passou para 58% e, dois anos depois, para 54%. Já em 1948, o volume de publicação de obras de autores nacionais sobrepujou apenas em 2% o volume de publicação de obras de autores estrangeiros.

Uma das conseqüências do crescimento da publicação de traduções no Brasil durante o Estado Novo foi a criação de um espaço público de crítica dessa atividade, que, como mencionado, se deu em 1944, no suplemento literário do *Diário de Notícias*. Por iniciativa de dois tradutores, Raul Lima, redator-chefe desse jornal, e Guilherme Figueiredo, diretor de seu suplemento literário, abriu-se nesse periódico um espaço para que seus leitores pudessem enviar comentários sobre traduções que teriam lido. Entre as opiniões emitidas, destacaram-se as de um mineiro de Barbacena, Agenor Soares de Moura, que logo se viu convidado para assinar uma seção permanente desse suplemento, intitulada “À margem das traduções”. Listas elaboradas a partir das crônicas escritas por Moura e publicadas por Ivo Barroso em 2003 revelam, entre outras coisas, que 65% das obras resenhadas por ele eram provenientes do contexto de língua inglesa, o que evidencia, principalmente, o efeito das ações de incentivo e de fortalecimento da presença da ideologia e do capital estadunidense tomadas pela elite política do país durante o Estado Novo.

Apesar de, nesse processo por eles realizado, terem ficado pelo caminho aspectos estilísticos e formais dos escritores dos originais que só agora, aos poucos, começam a ser resgatados diante de uma concepção de tradução informada pelo caráter usurpador de tradutores como os irmãos Campos, os escritores-tradutores que citei contribuíram para que o sistema de literatura traduzida ocupasse, durante a década de 40 do século XX, uma posição de destaque no contexto do polissistema literário brasileiro, fazendo com que chegassem até nós visões de mundo até então pouco conhecidas e temas literários pouco explorados, que, faltamente, alteraram o perfil da literatura produzida nacionalmente. Assim, ao contrário de Gallus, que “não merecia ser amparado pela sociedade honesta” (KOSZTOLÁNYI, 1996, p. 10), esses escritores-tradutores tiveram importante papel na construção da história das relações político-ideológicas e culturais estabelecidas pelo país em uma época de grandes mudanças de seu destino e daquele de importantes nações mundiais.

Referências Bibliográficas

- [1] BARROSO, Ivo (Org.). *À margem das traduções*. São Paulo: Arx, 2003.
- [2] BORGES, Luciana Maia. *Tradutores mineiros: o caso de Agenor Soares de Moura*. Juiz de Fora: Faculdade de Letras da UFJF, 2007. (Monografia de conclusão do Bacharelado em Letras: Ênfase em Tradução - Inglês).
- [3] CADERNOS de literatura brasileira: *Rachel de Queiroz*. Número 4 – setembro de 1997. 1ª reimpressão janeiro 2002. São Paulo: IMS.
- [4] CAMPOS, Augusto de. *Verso, reverso, controverso*. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- [5] CAMPOS, Haroldo de. Transluciferação mefistofáutica. In: ---. *Deus e o diabo no Fausto de Goethe*. São Paulo: Perspectiva, 1981. p. 179-209.
- [6] DUQUE, Camila Ferrarezi. *Érico Veríssimo em tradução: “Bliss” x “Felicidade”*. Juiz de Fora: Instituto de Ciências Humanas e de Letras da UFJF, 2004. (Monografia de conclusão do Bacharelado em Letras: Ênfase em Tradução - Inglês).
- [7] GARCIA, Nelson Jahr. *O Estado Novo: ideologia e propaganda política: a legitimação do estado autoritário perante as classes subalternas*. São Paulo: Loyola, 1982.
- [8] HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil: sua história*. Trad. Maria da Penha Villalobos e Lélío Lourenço de Oliveira, revista e atualizada pelo autor. São Paulo: EDUSP, 1985.

[9] KOSZTOLÁNYI, Dezsö. O tradutor cleptomaniaco. In: *O tradutor cleptomaniaco e outras histórias de Kornél Esti*. Trad. Ladislao Szabo. São Paulo: Editora 34, 1996. p. 7-10.

[10] OLIVEIRA, Priscilla Pellegrino de. *As traduções de Rachel de Queiroz na década de 40 de século XX*. Juiz de Fora: Faculdade de Letras da UFJF, 2007. (Monografia de conclusão do Bacharelado em Letras: Ênfase em Tradução - Inglês).

[11] VERISSIMO, Érico. *Solo de Clarineta: memórias*. 14^a. ed. Porto Alegre: Editora Globo, 1973. v. 1

[12] VILLAÇA, Antônio Carlos. *José Olympio: o descobridor de escritores*. Rio de Janeiro: Thex, 2001.

[13] WYLER, Lia. *Línguas, poetas e bacharéis: uma crônica da tradução no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco, 2003.

¹ Maria Clara Castellões de OLIVEIRA (Profa. Dra.)
Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)
ma.clara@terra.com.br

² Exemplos da prática tradutória dos escritores-tradutores mencionados podem ser encontrados nos seguintes artigos: OLIVEIRA, Maria Clara Castellões de. Ética em tradução, frutos de posturas estéticas e políticas. In: *Sentidos dos lugares*. Cd-Rom dos Anais do Encontro Regional da Associação Brasileira de Literatura Comparada. Rio de Janeiro, 2005, 9 p. e OLIVEIRA, Maria Clara Castellões de. Escritores brasileiros e a ética da tradução: o caso de Érico Veríssimo. In: *Lugares dos discursos*. Cd-Rom dos Anais do X Congresso Internacional da ABRALIC, 2006, 8 p.